

---

## MORA-DORES DE RUA FALADOS E SIGNIFICADOS NO/PELO DISCURSO JORNALÍSTICO

*Lucília Maria Sousa Romão\**  
*Soraya Maria Romano Pacífico\*\**

### **Resumo**

Nesse artigo pretende-se investigar como a chacina dos moradores de rua e mendigos de São Paulo foi silenciada no discurso da mídia, não possibilitando ao leitor o acesso ao discursivo polêmico. Trabalhando com o referencial de Análise de Discurso de linha francesa, será analisado um texto do ombudsman da *Folha de S. Paulo* sobre o tema e também dois cartuns de autoria de Angeli e Jean, ambos publicados no referido jornal.

*Não serei o poeta de um mundo caduco/ Também não cantarei o mundo futuro/ Estou preso à vida e olhos meus companheiros/ Estão taciturnos (...).*

Carlos Drummond de Andrade

Sabemos que, desde tempos remotos, temas polêmicos tendem ao silenciamento, principalmente quando colocam em jogo interesses de classes antagônicas, como, por exemplo, donos de um grande jornal, de um lado, em oposição aos moradores de rua, de outro. Partindo desse princípio, este artigo pretende investigar o silenciamento de uma discussão mais consistente, por parte da mídia, sobre a chacina dos moradores de rua das grandes cidades brasileiras.

---

\* Professora Doutora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – luciliamsr@ffclrp.usp.br. CNPQ. Esse trabalho faz parte de dois projetos da pesquisadora: CNPQ (Universal) e FAPESP (04/14995-5).

\*\* Professora Doutora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – sorayamrp@ffclrp.usp.br

Como bem observou o ombudsman da *Folha de S. Paulo*,<sup>1</sup> Marcelo Beraba, o problema dos moradores de rua e a chacina da qual foram vítimas parece não incomodar muita gente, dado o pequeno espaço que este acontecimento ganhou no referido jornal. Mas será que não é justamente o contrário, como também sugere o autor, ou seja, pelo fato de incomodar muita gente é que o assunto foi silenciado, tanto pela *Folha* quanto pelo baixo número de mensagens enviadas pelos leitores (apenas quinze, no decorrer da semana).

Isso nos faz lembrar do conceito de formação imaginária proposto por Pêcheux (1969) e, a partir dele, indagar: que imagem a sociedade brasileira faz dos mendigos e moradores de rua? O que eles representam para esta sociedade que deseja extirpá-los? Diante das várias possibilidades de interpretação, uma pode ser entendida como a marca que estes sujeitos representam para a sociedade, a marca da desigualdade social que assola o país e, então, a presença desses moradores de rua estaria o tempo todo denunciando e cobrando, simbolicamente, de cada sujeito, a sua responsabilidade por tudo isso.

Essa situação deve incomodar principalmente moradores de um país cujo lema da bandeira é “*Ordem e Progresso*”, um interdcurso que está na memória do brasileiro, mas que a existência dos mendigos coloca em dúvida, levando a sociedade a questionar os sentidos legitimados e ligados à ordem e ao progresso, visto que pessoas que têm a rua como moradia denunciam o lado da desordem, da degradação, da injustiça social, da exploração, até chegar à exclusão. Pensando nessa questão, e de acordo com Orlandi (2003: 53), temos que:

*entre o jogo e a regra, a necessidade e o acaso, no confronto do mundo e da linguagem, entre o sedimentado e o a se realizar, na experiência e na história, na relação tensa do simbólico com o real e o imaginário, o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam. O equívoco, o non-sens, o irrealizado tem no processo polissêmico, na metáfora, o seu ponto de articulação.*

Entendemos que a linguagem foi usada pela mídia para fazer circular os sentidos sedimentados ligados, por exemplo, ao esporte, aos conflitos mundiais, assuntos que não constituem problemas essencialmente brasileiros, nem colocam em disputa o sentido da luta de classes, que deve permanecer silenciado. Entendemos, também, que sujeito e sentido se repetem e se deslocam historicamente e, nesse contexto sócio-histórico, o

<sup>1</sup> Texto disponível no site [www.uol.com.br](http://www.uol.com.br), publicado no dia 05 de setembro de 2004.

sentido desloca-se para os moradores de rua, como já tiveram vez, na história, os judeus, os escravos, os revolucionários, enfim.

Há, assim, uma história dos sentidos que vai sendo tecida historicamente, construindo a memória discursiva, visto que, para a Análise de Discurso, os sentidos se relacionam e se materializam em discursos. Daí, temos a historicidade dos discursos sobre os marginais (e, não, sobre os marginalizados), sobre os negros, sobre os índios, os sem-terra, os sem-teto e os moradores de rua. Os discursos sobre estes grupos fazem circular sentidos ligados à revolta, à rebeldia, à desobediência, à guerra, à violência, ao banditismo, à preguiça, a sentidos que ameaçam a paz social.

Sabendo que o homem está fadado a interpretar, podemos dizer que os moradores de rua constituem um objeto simbólico e passam a ser objeto de interpretação. Nesse movimento de interpretação, o sentido aparece como evidência, como se ele já estivesse lá. No caso dos mendigos e moradores de rua, temos um já-lá que sustenta o sentido da mendicância, como se estes sujeitos fossem vagabundos, não quisessem trabalhar, se contentassem com esmolas, fossem bêbados ou não tivessem capacidade e disposição de se manter empregados; em outras palavras, significa que, se vivem nessa condição de mendigos, é porque fizeram essa opção, sentido que exclui (silencia) a distribuição desigual de renda e de poder, que gera essa situação. Naturalizam-se, dessa forma, determinados sentidos, ao mesmo tempo em que se ocultam outros. Isso pode ser explicado, pois,

*por esse mecanismo ideológico de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. (Orlandi, 2003: 46).*

Para nós, aqui existe a articulação da ideologia com o conceito de silêncio político, proposto por Orlandi (1997). Para a autora, o silêncio político (ou política do silêncio) pode apresentar-se sob a forma de silêncio constitutivo ou sob a forma de silêncio local (censura). No silêncio constitutivo, o sujeito diz x para não dizer y, isto é, ao produzir determinado enunciado, o sujeito silencia outros sentidos possíveis, mas não desejados

nem permitidos naquele momento. Já a censura caracteriza-se pela proibição de inserção do sujeito em determinadas formações discursivas, o que afeta sua identidade.

O controle do silêncio político é possível porque existem “mediadores” (personagens discursivas), ou seja, vozes das autoridades que têm o poder de administrar a produção dos sentidos e, portanto, a distribuição de conhecimento, contribuindo para a formação do consenso, quer dizer, determinam quais os sentidos que podem ser conhecidos e quais devem permanecer em silêncio. De acordo com Orlandi (*in*: Guimarães, 1989: 43-44), “*essas vozes se representam em lugares sociais de legitimação e fixação dos sentidos e desempenham um papel decisivo na institucionalização da linguagem: a produção do sentimento de unicidade do sentido*”.

Em cada momento histórico, protagonistas diferentes podem assumir o papel de mediador, como o sacerdote, o intérprete, o crítico, o intelectual, o jurista, mas, seja qual for, o mediador sempre representará a classe dominante. Isso leva à monofonia, uma vez que as vozes que representam a ideologia dominante (as autorizadas a atribuir/distribuir sentidos) produzem uma voz social homogênea, controlam os sentidos que o sujeito pode ler/produzir, ou não.

Diante dessas colocações, e investigando a relação da *Folha de S. Paulo* com o silenciamento de reportagens sobre a chacina dos moradores de rua, entendemos que o silêncio local, ou seja, o jornal disse x (escreveu sobre esporte) e não y (não escreveu sobre a chacina), está relacionado ao silêncio político, na medida em que o jornal é um mediador e, a partir do momento que esse mediador legitima x e oculta y, ele também promove a inserção dos leitores na formação discursiva x e não y. Cria-se, com isso, um efeito de sentido de que já que um jornal de ampla circulação, que possui a força de um mediador, não enfatizou o caso da chacina dos moradores de rua é porque esse sentido não é importante; logo, o leitor também não escreve sobre isso, como relatou o ombudsman. Temos, então, a ilusão da monofonia.

Além disso, consideramos a existência de um discurso sobre o discurso jornalístico, o qual sustenta o sentido de que o jornal traz assuntos atuais, coloca o leitor em contato com os principais assuntos do dia, informa a população com imparcialidade, e que aquele que não lê fica desatualizado. Diante disso, podemos dizer que o acesso a estes sentidos pode fazer o leitor assumir a forma-leitor (que não duvida da transparência da linguagem

e repete um dizer; cf. Pacífico, 2002) e interpretar como se fosse natural a chacina dos mendigos e moradores de rua, já que, historicamente, eles sempre foram deixados de lado; logo, é natural que o jornal também os deixe de lado. Em contraponto, o futebol é a paixão nacional, deve ter sempre um espaço garantido neste veículo de comunicação.

Por outro lado, o leitor pode assumir a função-leitor (que realiza uma leitura sócio-histórica, cf. Pacífico, 2002), como o ombudsman, por exemplo, e duvidar de tudo isso, estranhando o silenciamento e marcando sua posição de denúncia, como pode ser observado no recorte abaixo:

*o jornal começou mal a sua cobertura. Mas, com o correr dos dias, passou a acompanhar bem as investigações policiais e acabou revelando, em reportagens esparsas, um pouco da vida dessas pessoas abandonadas. Foi bem ao manifestar sua opinião e exigir providências por meio de três editoriais. E teve momentos de brilho com as charges do Angeli, do Glauco e do Jean, publicadas no caderno Opinião (página A2). Falhou, no entanto, ao não abrir espaço para o debate. Jornais informam, prestam serviços e são, por tradição, fóruns de discussão e de confronto de idéias e políticas. Nem sempre fazem bem. Às vezes, deixam os assuntos fugirem, às vezes, os tratam sem aprofundamento. (Beraba, op. cit.)*

Conforme discutimos até aqui, no caso dos mendigos, o jornal não instalou o discurso polêmico, não permitiu a disputa do objeto discursivo, pois, como vimos, isso colocaria em jogo sentidos proibidos. Então, para não ser acusado de não ter publicado nada sobre o assunto, escreveu “*reportagens esparsas*” sobre o mesmo. Todavia, segundo Beraba, o jornal teve momentos de brilhantismo ao delegar a voz aos chargistas, cujos textos denunciam situações que estão fora da ordem e, dessa forma, o povo de rua ganhou um espaço para se fazer significar, neste jornal, como é o caso das charges de Angeli e Jean, que serão analisadas, a seguir.

Partindo do conceito de autoria, podemos dizer que, ao produzir e assumir a autoria da charge, Angeli e Jean assumem, também, a responsabilidade pelo seu dizer. Segundo Orlandi (1996: 97),

*O que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido. O modo como ele faz isso é que caracteriza a autoria. Como, naquilo que lhe faz sentido, ele faz sentido. Como ele interpreta o que o interpreta.*

Diante disso, inferimos que os sentidos que deixam de ser silenciados na charge são de responsabilidade de um determinado autor e não do jornal, que representa os interesses da classe dominante. E, com essa estratégia, o jornal resguarda-se, pois, como mediador, não vai ocupar a posição de denunciador, considerando o que está em questão. No entanto, ao delegar a voz a um outro que não tem a força de um mediador, o jornal isenta-se da responsabilidade pelo dito e pode defender-se, alegando que o assunto sobre os moradores de rua circulou sim, neste espaço de comunicação.

Interessa-nos investigar como esse assunto circulou em alguns cartuns publicados nas páginas da *Folha de S. Paulo*, que se destacam por colocar em movimento sentidos, promovem rachaduras e fissuras na teatralização de descaso, indiferença e naturalidade com que a maior parte da imprensa impressa tratou o assassinio hediondo de sete moradores de rua a pauladas, em São Paulo, no mês de agosto de 2004, fato, que longe de estar isolado e circunscrito à realidade metropolitana da capital, se espalha em ondas por todo o país desde há tempos. Que o diga o índio pataxó queimado vivo em Brasília!

O apagamento da indignação, revolta e vergonha diante do extermínio de anônimos, da exclusão social e da impunidade se materializou em poucas fotos, imagens de violência, manchetes e relatos neutros e/ou tratados como se fossem de pouca notoriedade, às vezes marcados pelo tom sensacionalista e popularesco, que promove um aumento de vendas, mas silencia as causas materiais e as circunstâncias históricas, em que fatos de eliminação como estes são gerados. O viés de contestação e subversão de sentidos, tidos como naturais, instala-se a partir do traço de Angeli, marcado pela contundente acidez crítica no texto analisado anteriormente. Assim, instala-se, no discurso jornalístico, uma rede de efeitos que se cruzam, de modo a fazer falar aqueles que estão, vivem, comem, dormem e são adotados pela rua.

Morar na rua, que “*oficialmente não é lugar em que se more*” segundo Drummond, instala sentidos de que a cidade não acolhe com moradia digna todos os seus filhos, exclui

e distribui socialmente de maneira desigual o espaço físico e a possibilidade de habitar. Por ocupar o espaço público para desfiar o rosário de sua vida privada, os moradores de rua representam-se e expõem-se à mostra com suas roupas, corpo, papelões, sacolas e pés andarilhos, a nu, à prova dos olhares dos motoristas e transeuntes. Vivem expostos em uma grande vitrine cidadina como produtos sem uso, sem grife, sem serventia, na cidade que não oferece lugar para eles como cidadãos, mas os exhibe em sua suposta loucura, sujeira, incompetência, comodismo, falência e anonimato. Como não pode vomitá-los para fora de suas cercanias, a cidade os tolera embaixo de suas pontes, nas praças, chuveiros de seus chafarizes, marquises de seus pontos de ônibus, em seus lixões e, até mesmo, nos buracos de suas ribanceiras, de modo a revelá-los como o equívoco, a falha e o lugar da falta.

Ao ocupar os espaços públicos, tidos como de todos, para colar neles o que lhes é privado, moradores de rua são discursivizados como fora da ordem estabelecida, pois, na cidade, praça, parque e via pública são construídos imaginariamente como local ideal para caminhada, passeio, descontração, encontro de crianças e idosos, corrida com o cão de estimação, não sendo aceita a ocupação dessas áreas públicas para a moradia.

Ao expor suas roupas em varais improvisados, seus excrementos, seus restos de alimentos, seus vestígios de papelão, marcas silentes de corpos anônimos, a cidade é marcada pelo avesso de sua potência e passa a ser narrada pelos fragmentos de seus supostos indigentes. Pichações, grafitos, muros e telhados improvisados, fogueiras acesas, árvores apoiadas em sucatas, camas de jornal, tudo isso fala, no espaço urbano, do que falta a uma grande parcela de seus *mora-dores*; tudo isso narra suas privações e constrói um fio discursivo que inscreve socialmente o dizer da falta de poder. Vale destacar que viver embaixo de pontes, encravado em viadutos, guardado pelas marquises, esparramado pelas cavas e subterrâneos da cidade, encavernado pela privação de uma moradia fixa, isso cria o efeito de um não-lugar e de uma ausência total de representatividade dos sujeitos que ali estão produzindo sentidos e fazendo circular os cacos de suas vidas.

As corporações midiáticas, em geral, não falam desse lugar socialmente constituído pela falta, tampouco inscrevem a região de dizeres que engendram indignação, discordância e questionamento da ordem social vigente. Os moradores de rua (e todos os representantes dos “sem”) só ganham as páginas do jornal enquanto fatos policiais, quando o tom sacrificial

de execuções e massacres chegam ao limite da barbárie e irracionalidade, parecendo, assim, que diante do fato consumado não existe mais possibilidade de discutir desigualdades sociais e a estrutura de impunidade, carcomida pela injustiça.

Assumindo o papel de juiz dos fatos com especialização em sentenciar verdictos, o discurso jornalístico, atrelado ao poder econômico dominante, legitima e constrói apenas um sentido possível para a leitura, indiciando-a como verdadeira e única. Assim, silencia ao dizer; interdita ao informar; e naturaliza ao materializar lingüisticamente ditos. Aos olhos de Gregolin (2003: 105-106), tal questão pode ser entendida da seguinte forma:

*A aparente instantaneidade da mídia interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais, compondo o movimento da história presente por meio da re-significação de sentidos enraizados no passado. Por isso, determinadas figuras cristalizadas na memória coletiva estão constantemente sendo recolocadas em circulação, permitindo os movimentos interpretativos, as retomadas de sentidos e seus deslocamentos. Através desses retornos figurativos, a mídia cria representações que se tornam observáveis e tangíveis.*

Como os processos de constituição e funcionamento da linguagem são movimento incontrolável pela regularidade lógica, mas entendidos aqui como discurso, ou seja, movimento de efeitos de sentidos, de sujeito e atualização de redes da memória (Orlandi), podemos inferir que, ainda assim, outros sentidos, que não os dominantes, entram em cena e vazam pelas frestas de indignação, contestação, esburacando a formação discursiva à qual o jornal se filia; instalando confronto, enfrentamento e choque de sentidos e fraturando a univocidade que o jornal pretendia. No nosso caso, o texto do ombudman, já citado anteriormente, materializa essa posição e vem acompanhado de quatro cartuns, dois dos quais interpretaremos a partir de agora. Texto e imagem dialogam em torno do mesmo eixo temático, desenham e fazem circular sentidos sobre/dos assassinatos de *mora-dores* de rua.

O interessante é que os quatro cartuns são marcados por poucas palavras, o que nos faz refletir quão movediço é o trabalho da memória para a significação: ela, que sustenta os gestos de escrita e leitura, é que faz com que tão poucas palavras signifiquem tanto, ou seja, poucas palavras permitem ao sujeito o acesso a múltiplas regiões do interdiscurso.

Longe da tarefa ilusória de informar as mortes, os cartuns fazem uma crítica às condições aviltantes de vida e habitação daqueles que moram nas ruas. Como sabemos, o modelo econômico brasileiro tem gerado, há décadas, bolsões de desemprego, empobrecimento e exclusão, modelados pela violência com proporções crescentes. Só para se ter uma idéia, entre 2001 e 2003, houve um aumento de 30% do número de moradores de rua só na cidade de São Paulo. E, curiosamente, a conjuntura sócio-histórica, que fabrica os miseráveis, é a mesma que cria mecanismos ideológicos de eliminá-los; no nosso caso, violência, barbárie e desejo de “limpar a cidade” varrendo seus indigentes, que se materializam no fato de que sete moradores de rua foram mortos e outros oito estão em estado grave, todos agredidos com pauladas na cabeça, enquanto dormiam.

Esses dados são importantes para compreender o conceito de situação, tão caro à Análise de Discurso francesa, que constitui a peça fundamental para o gesto de interpretação da inscrição social dos sentidos e dos sujeitos na linguagem. Em uma esfera restrita, trata-se das circunstâncias da enunciação e, em sentido lato, o contexto sócio-histórico. Assim, para interpretar os cartuns que se seguem, é preciso rastrear os indícios da situação, a saber, o confronto entre os que têm moradia fixa, bens de consumo, educação e circulam pelos espaços públicos da cidade usufruindo deles; e aqueles a quem estas possibilidades são negadas sistematicamente do berço à sepultura, restando-lhe a vida e a moradia na rua. Perguntamos de que modo esse litígio de classes e poderes significa a cidade na cartografia de seus espaços privados e públicos e como ele é falado e silenciado pelos seus moradores, transeuntes, comerciantes, governantes etc.

O que nos parece estar em funcionamento, no cerne desse tema, é a difícil e conflituosa relação que a sociedade brasileira estabelece com os “sem” (sem-teto, sem-terra, sem-emprego etc.), filiando-se à formação discursiva dominante que promove sentidos de eliminação dos que ficaram à margem dos bens de consumo, da educação, da moradia, da terra e assim por diante, fazendo-os narrar como o estorvo para o país, “*a pedra no meio do caminho*”, o entrave para o crescimento, o defeito na harmonia da tela-Brasil, o borrão de vergonha, que precisa ser extirpado, seja pela via jurídica (prisão e condenação por crimes diversos, até mesmo por ser “sem”) e/ou execução e morte. Não há, nem na cidade, nem no campo (Romão, 2002), o reconhecimento das violências sofridas e embutidas durante anos na condição de “sem”; pelo contrário, ao invés de serem

apresentados como ponta final de um processo lento e eficaz de expropriação, os “sem” são discursivizados como os geradores da desordem, violência, baderna, sujeira da cidade, do campo e do país.

O cartum que se segue dialoga com as questões colocadas até aqui, pois expõe a contradição e a hipocrisia de um país em que “*Ordem e Progresso*” merecem sentidos de dúvida, questionamento e, quiçá, deboche.



Cartum encontrado no site [ww1.folha.uol.com.br/fsp/dbch03092004.htm](http://ww1.folha.uol.com.br/fsp/dbch03092004.htm)

A bandeira, símbolo maior do ideário de nacionalismo, apresenta-se colada na parede sem amarrotados, geometricamente assentada na frieza dos tijolos. Os dizeres, que estrelam o seu centro, marcam uma máxima disposta com força de lei: a ordem da normalidade e do controle, que não permitem a bagunça, é somada ao progresso que conduz o Brasil rumo ao desenvolvimento econômico, avanço social e modernidade política do país como uma nação soberana. Se é possível ler esses sentidos na figurativização da bandeira isoladamente, outros efeitos são construídos quando o morador de rua arranca-lhe um pedaço para se agasalhar. Os sentidos iniciais deslizam para uma região, que é de

crítica, ironia e mentira. O pedaço que falta na bandeira está sob o ombro de um “sem”, negro e magro, que habita e come o lixo da rua e cuja companhia mais fiel são as moscas e o cão magro.

Falta na bandeira (e por que não dizer: falta no país?) incluir a massa de cinquenta milhões de seus filhos pobres, esfomeados e excluídos. Ordem e progresso constituem-se sentidos possíveis para alguns e não para todos, posto que os poderes são distribuídos de maneira desigual na nossa sociedade. O rasgo da “*fome de que se morre um pouco por dia*” recorta os sentidos normatizadores e positivos da ordem e progresso que fala na bandeira e no país. O todo se transforma em trapo, pedaço de pano verde e roto, significando a mortalha de dor e sofrimento, como vestimenta de vergonha. Tão ineficazes quanto os sentidos de progresso nacional, o Estado, seus representantes e o poder político.

O sujeito, que se instala nos dizeres desse cartum, faz falar efeitos de desigualdade, injustiça e descaso das autoridades em relação aos problemas sociais graves que arranham diariamente o corpo da cidade. Mais ainda, metaforiza de que modo os “sem” são apagados na sua condição de privação e nos seus direitos de excluídos; coisificados como bichos a ocuparem os restos da cidade e pedaços dos símbolos do país, a se misturarem a eles para serem eliminados sistemática e discursivamente dos sentidos legitimados, aceitos e reconhecidos, permitidos de circular na cidade.

Marcando uma visão profética, Chico Buarque escreveu “*Estação Derradeira*”, na qual antecipa a cena dos habitantes do morro descenderem as ruelas da exclusão para cobrarem do/no asfalto o que ele lhes negou sistematicamente. Não resta ao poeta outra súplica, que não pedir a São Sebastião crivado: “*nublai minha visão no dia da grande fogueira desvairada*”. Nesse dia, certamente, os jornais falarão apenas do horror da fogueira, do desvario das quadrilhas marginais, da violência dos perigosos e do medo gerado pela descida infernal dos favelados e, com toda certeza, silenciarão as fogueiras diárias e metafóricas a que estão submetidos os pobres dessa terra, do mesmo modo que o fizeram em relação aos *mora-dores* de rua. Assim tem sido e assim acontece, até que um dia as páginas da imprensa queimarão de vergonha no calor da grande fogueira desvairada!

**Abstract**

In that paper, we intended to investigate as the street residents' slaughters and beggars from São Paulo were silenced in the speech of the media, not making possible to the reader the access to the discursive polemic. Working with the referencial of Analysis of the Speech of French line, we analyzed a text of the ombudsman of the *Folha de S. Paulo* on the theme and also two cartoons of authorship of Angeli and Jean, both published in the same newspaper.

**Referências Bibliográficas**

- GREGOLIN, M. R. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M.R. (org.). *Discurso e mídia – a cultura do espetáculo*. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.
- ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editora, 2003.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. Silêncio e implícito (produzindo monofonia). In: GUIMARÃES, E. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989, pp.39-46.
- PACÍFICO, S. M. R. *Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- PÊCHEUX, M. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. In: GADET, F. e HAK, T. (org.). Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- ROMÃO, L. M. S. *O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.